

POLÍTICA INDUSTRIAL E LIBERALIZAÇÃO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Jornal do Brasil, 23.7.1989

O governo baixou uma série de decretos definindo uma nova política industrial e declarou que, dessa forma, estava liberalizando e desregulando as importações. De fato, a reforma tem esse sentido, mas a liberalização alcançada é limitada, está muito aquém do desejável e possível agora. Por outro lado, a nova política industrial mantém isenções e estabelece incentivos que aumentarão o déficit público em um momento em que a prioridade absoluta, inclusive senão principalmente para o desenvolvimento industrial, deve ser o saneamento financeiro do setor público.

A liberalização das importações é insuficiente porque (1) o princípio fundamental de que todas as isenções do imposto de importações deveriam ser eliminadas não foi obedecido, (2) porque os controles quantitativos sobre as importações não começaram a ser levantados, (3) porque um fator perturbador do funcionamento do mercado como é o Adicional de Frete pago pelos importadores foi mantido.

A idéia básica, que orientava e ainda orienta o Ministério da Fazenda, através da sua Comissão de Política Aduaneira (CPA), e que orienta o Conselho do Comércio Exterior (CONCEX), em relação às importações, é a da liberalização a mais completa possível. Para combater o excesso de regulação atual é preciso caminhar corajosamente no sentido da liberalização. Só assim será possível se chegar ao ponto desejado.

Para lograr essa liberalização a primeira medida seria a reforma do sistema tarifário brasileiro, que permanece intocado desde quando foi instituído em 1957, ao mesmo tempo que, de um lado, se proibiria toda e qualquer isenção de tarifas, e de outro se reduziriam drasticamente os controles quantitativos às importações por parte da CACEX. Dessa forma a proteção à indústria nacional seria garantida por um sistema impessoal, compatível com o funcionamento do mercado, como é a tarifa aduaneira, e não por decisões administrativas, "cartoriais", de um órgão competente

mas falível como é a CACEX. Por outro lado a eliminação de todo tipo de isenção, além de fortalecer as finanças do Estado, tornaria o cálculo econômico do industrial brasileiro e do importador mais transparente e simples.

Hoje o sistema tarifário brasileiro, embora altamente protecionista, é praticamente letra morta, porque a proteção é de fato garantida pelas licenças de importação, e porque sempre é possível conseguir da CPA e do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) isenções dessas tarifas. Com a reforma proposta pelo Ministério da Fazenda essa irracionalidade desapareceria. O mercado passaria a ter um papel importante no controle das importações, ao mesmo tempo que a indústria nacional estaria protegida por um sistema tarifário racionalmente definido e rigidamente obedecido.

Teríamos assim não só uma nova política de controle de importações mas também uma verdadeira nova política industrial baseada na desregulação econômica. Nossa indústria já não é mais infante, precisa e é capaz de competir internacionalmente, sua modernização tecnológica é a prioridade absoluta. Com a reforma tarifária estaríamos efetivamente atingindo esses objetivos.

Os industriais brasileiros que consultamos durante o ano de 1987 concordaram plenamente com essa política. Solicitaram apenas uma pequena elevação do novo nível de tarifas proposto, durante um período experimental. Os obstáculos surgiram do Ministério dos Transportes, que não concordou com a eliminação do Adicional de Frete, do Ministério da Indústria e Comércio que, apesar de seu discurso desregulador, queria (e conseguiu) conservar para o CDI poderes cartoriais de conceder isenções de tarifas em nome de uma "nova política industrial", e do próprio Planalto, que desejava poder continuar a conceder isenções para as importações de equipamentos para a imprensa.

Dessa forma, em nome de uma nova política industrial e de manutenção de subsídios aos armadores, a liberalização das importações que está sendo implantada pelo governo é muito limitada ainda que esteja apontada para a direção correta. É preciso assinalar que a idéia de uma política de estímulo à modernização industrial não deve ser afastada. Discordo apenas que ela seja adotada agora, quando as finanças públicas estão em uma situação insustentável, e que o instrumento para sua implementação seja a manutenção de isenções de tarifas aduaneiras. Dessa forma desvirtua-se o projeto de liberalização das importações que, em termo de política industrial, é muito mais importante do que o estabelecimento de novos incentivos fiscais por um Estado que se transformou, nos anos oitenta, em um grave obstáculo ao desenvolvimento do país exatamente porque incorreu em um enorme déficit público, porque perdeu sua capacidade de poupar quando continua sendo obrigado a investir, porque passou a disputar com o setor privado recursos escassos, provocando a elevação da taxa de juros e a redução dos investimentos privados.